

Cidades Justas e Inclusivas -

Conclusões e Recomendações

do *Dialogue Dinner*

“O papel dos Jovens Políticos no alcance dos ODS”

Data: Outubro de 2018

Editor: AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Projeto:



Cofinanciador:



Promotor:



Parceiros:



Síntese-Diagnóstico

Uma “cidade inclusiva” foi definida como “aquela que promove o desenvolvimento baseado na igualdade.” É um lugar onde toda a gente, independentemente das suas possibilidades económicas, género, raça, etnia ou religião, é considerada habilitada e capacitada para participar integralmente nas oportunidades sociais, económicas e políticas que as cidades têm para oferecer” (Nações Unidas, 2001, Habitat).

Importa sublinhar o papel da urbanização na procura pela inclusão social, tomando como inspiração a frase de Mahatma Gandhi “Um país deve ser julgado pela forma como trata as suas minorias.” (Moreira e Gomes (Coord. PT), 2012: 468).

“A urbanização fornece o potencial para novas formas de inclusão social, incluindo maior igualdade, acesso a serviços e novas oportunidades, engajamento e mobilização que refletem a diversidade de cidades, países e do globo. Todavia, frequentemente esta não é a forma do desenvolvimento urbano. Desigualdade e exclusão são abundantes e muitas vezes a taxas maiores que a média nacional, às custas do desenvolvimento sustentável que provê para todos. Dois tipos chave de diretrizes são necessários para combater o aumento da exclusão social e colocar as cidades num caminho melhor. O primeiro é o compromisso político com o desenvolvimento urbano inclusivo em múltiplos níveis, em face a muitas forças e partes interessadas que incentivam o desenvolvimento desequilibrado e desigual. O segundo é uma série de mecanismos e instituições que facilitem a inclusão, inclusive formulação participativa de políticas, responsabilização, acesso universal a serviços, planeamento espacial e um forte reconhecimento dos papéis complementares dos governos nacionais e locais para alcançar um crescimento inclusivo” (Nações Unidas, 2015, Documentos Temáticos da Habitat III).

Na conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em outubro de 2016, em Quito, Equador, foi concluída a adoção de uma Nova Agenda Urbana – *New Urban Agenda. Quito Declaration on Sustainable Cities and Human Settlements for All*. Considerando os dados apresentados em 2016, as cidades ocupavam cerca de 2% do total da terra. No entanto, é responsável por 70% da economia (GDP), mais de 60% do consumo global de energia, 70% de emissões de gás de efeito de estufa e 70% dos resíduos globais.

Desta forma, quando falamos de cidades justas e inclusivas, temos de considerar, também, a componente da sustentabilidade. É, neste ponto, que na Agenda 2030 se estabelece como 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) garantir “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

Enquadramento

Objetivos

No dia 12 de outubro, no Centro de Juventude de Lisboa do Instituto Português da Juventude, foi realizado o evento “O papel dos jovens para o Alcance dos ODS” que marcou o final do projeto “Jovens na Política — Participar para a Cidadania Global”¹. A iniciativa assumiu o modelo de *Dialogue Dinner* que teve como objetivo a reflexão em torno das temáticas associadas à Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global e à Agenda 2030, além da apresentação de sugestões e recomendações que constituíssem passos a seguir na promoção do Desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram o mote do evento, tendo sido debatidos os seguintes temas:

1. “Alterações Climáticas e Sustentabilidade” (ODS 13);
2. “Cidades Inclusivas e Sustentáveis” (ODS 11);
3. “Ações para acabar com a Pobreza e a Fome” (ODS 1 e 2).

O *Dialogue Dinner* reuniu jovens militantes de diferentes ideologias políticas (BE, JCP, JP, JS e JSD), entre outros convidados do meio académico, de entidades públicas e da sociedade civil, para discutirem e refletirem sobre as medidas políticas relacionadas com o alcance dos ODS.

Metodologia

Todos os participantes foram divididos por 7 mesas de debate: mesas 1 e 2 (Tema 1), mesas 3, 4 e 5 (Tema 2) e mesas 6 e 7 (Tema 3). Na **primeira fase**, foram dinamizados debates por mesa, tendo sido solicitado que, ao longo do jantar, discutissem duas questões orientadoras relativas ao tema da sua mesa. Numa **segunda fase**, o debate passou a ser por tema, tendo sido pedido que as duas/três “mesas” se juntassem num só grupo e sistematizassem as recomendações comuns.

Questões Orientadoras

1. Diversos estudos apontam a importância de garantir às minorias, às pessoas em situação de vulnerabilidade, às mulheres, crianças e pessoas com deficiência ou incapacidade um lugar de representatividade nos espaços de decisão política. O que as **Juventudes Partidárias** podem fazer, a nível municipal/nacional, para garantir a voz dessas pessoas nos espaços de decisão democrática?
2. Serão as **Juventudes Partidárias e respetivos Partidos** (ao nível do funcionamento das estruturas internas e da sua atuação), suficientemente inclusivos? Como poderiam melhorar a este nível?

¹ O projeto “Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global” tem como objetivo capacitar e mobilizar jovens militantes de partidos políticos para as problemáticas ligadas à Educação para o Desenvolvimento, promovendo ações e reflexões em torno da Cidadania Global em articulação com as dinâmicas locais. Uma mudança significativa implica a intervenção e a participação dos jovens. O projeto é promovido pela AIDGLOBAL — Acção e Integração para o Desenvolvimento Global e cofinanciado pelo Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. tendo como parceiros o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) | Centro de Juventude de Lisboa (CJL), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ).

Conclusões e Recomendações do tema

“Cidades Justas e Inclusivas”

Comuns a todos os participantes

- **Criar espaços de reflexão, promovendo o debate em escolas** com as Juventudes Partidárias (JP), Partidos e comunidade;
- **Promover a participação cívica dos jovens militantes** (por parte das lideranças das JP e Partidos), junto da comunidade. Por exemplo, realizar ações de voluntariado em prol de uma cidade mais justa e inclusiva;
- **Trabalhar em Parceria** com diferentes atores, em particular, com as Organizações da Sociedade Civil, criando sinergias entre eles (JP e Partidos);
- **Assegurar a presença das JP e Partidos no terreno**, criando proximidade com as populações mais vulneráveis, sendo o elo entre elas (e as suas necessidades) e o poder local (órgão que pode dar resposta às necessidades);
- **Pressionar o Governo** (JP e Partidos) **para fiscalizar o cumprimento da lei**, nomeadamente, em relação aos espaços e infraestruturas;
- **Promover a Cidadania Ativa** (JP e Partidos): informar/capacitar/empoderar Agentes de Mudança (sociedade civil, incluindo jovens, para que sejam capazes de agir e de lutar pelos (seus) direitos).

“Há que mudar a visão de ver as minorias como agentes de necessidade para uma nova visão: vê-los como atores!” (testemunho de um dos participantes).

- **Capacitar a sociedade civil** (JP e Partidos) **para lutar pelos Direitos Humanos, transmitindo conhecimentos e ferramentas para tal**. Uma vez que as JP são veículos de consciencialização, elas devem ter um papel ativo neste processo de capacitação para a ação.

É importante “repensar” a igualdade, para que ela seja efetivamente basilar em todas as políticas de qualquer cidade.

Específicas de algumas mesas de trabalho

- **Propor medidas ao Governo** (JP e Partidos) **que garantam o acesso à habitação para todos**;
- **Mapear as necessidades (económicas, sociais, ...)** a nível municipal (**Governo**) **para dar resposta ao ODS “Cidades Justas e Inclusivas”**. (Criar sinergias entre os diversos parceiros e, assim, facilitar respostas adequadas às necessidades sentidas.)
- **Criar incentivos fiscais e financeiros**, a nível da administração central e local, de forma a combater as desigualdades entre regiões (nomeadamente no interior);
- **Aumentar o investimento na educação** (Governo), no que respeita à melhoria das Infraestruturas e da formação do corpo docente;
- **Aumentar o número de medidas que defendam** uma habitação acessível para todos;

- **Sensibilizar os jovens** para a importância de reconhecerem que **todos temos direitos iguais**, que é importante **dar voz a todos, em particular, empoderar quem não sabe como participar**;
- **Promover a inclusão no meio rural** onde os direitos e as oportunidades não são as mesmas.

“Para pôr o mundo no lugar, há que ter um lugar no mundo.”

(testemunho de um dos participantes)

Referenciação Bibliográfica

General Assembly of the United Nations (2016) “United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III)”, Quito, Equador.

Moreira, Vital e Gomes, Carla de Marcelino (Coord.) (2012) “Módulos sobre questões seleccionadas de Direitos Humanos”. *O. O direito das minorias*, pp.468-500 In “Compreender os Direitos Humanos”. Manual de Educação para os Direitos Humanos. *European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy (ETC)*: Graz. Versão original coordenada por: Wolfgang Benedek. Acedido em: 10 de outubro de 2018. Disponível *online* em: <http://www.igc.fd.uc.pt/manual/pdfs/O.pdf>

Nações Unidas (2015) “Documentos Temáticos da Habitat III – 1 Cidades Inclusivas. Nova Iorque. Disponível *online* em : [http://habitat3.org/wp-content/uploads/1-Cidades-Inclusivas_final.pdf].

UN-Habitat (2001). Inclusive Cities Initiative: The Way Forward. Nairobi: UN Habitat.